Ataques cibernéticos de julho de 2009

Os Ataques cibernéticos de julho de 2009 foram uma série de ataques cibernéticos, que ocorreram contra sites da Coreia do Sul e dos Estados Unidos, afetando sites do governo, mídia de notícias e websites financeiros. Os ataques impediram o acesso e reduziram a velocidade da navegação em vários sites.

Os Estados Unidos da América comemoram no 4 de julho o seu feriado da independência. Em 2009, todavia, apesar das comemorações por todo o país, algo de diferente aconteceu. Enquanto os americanos celebravam o seu feriado mais importante, os sistemas da Casa Branca, Departamento de Defesa, do Serviço Secreto e da Agência de Segurança Nacional, além da Bolsa de Valores de Nova York e a Nasdaq, sofreram ataques continuados de negação de serviço, que os tiraram do ar.

A Coreia do Norte foi considerada a principal suspeita de realizar os ataques. Enquanto as agências de espionagem dos EUA investigam a origem dos ataques, o serviço secreto sul-coreano já responsabilizou a Coreia do Norte pelo ataque.

Banker

Os Banker são voltados ao roubo de informações bancárias, seja como programador dos trojans, seja como laranja, ou aliciador/integrante em quadrilhas. Estas informações são utilizadas para saques, compras, transferências indevidas da conta bancária das vítimas, e até mesmo para venda ou troca entre outros bankers.

Segundo o relatório gerado pela CPI dos crimes Cibernéticos finalizado em maio de 2016 na Câmara dos Deputados o movimento ilegal de recursos financeiros gerados pelos crimes praticados por hackers na internet somou um prejuízo de 615,4 milhões aos cinco maiores bancos, Brasil, Itaú, Caixa, Bradesco e Santader.

A CPI relatou que embora muitos criminosos atuem no varejo, não faltam exemplos de rombos cada vez mais milionários e a maioria deles permanecem ocultos dentro da própria instituição financeira que relutam em admitir que foram vítimas de golpes.

É muito comum os Bancos identificarem fraudes com a participação inclusive de funcionários auxiliando esses criminosos, mas normalmente isso acaba sendo resolvido dentro da própria instituição apenas com a demissão do funcionário e o crime sequer é investigado.